



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**CONCURSO PARA O CARGO DE
ASSESSOR – ÁREA DO DIREITO**

30 de novembro de 2014

NOME DO CANDIDATO	ASSINATURA

- Este caderno contém 80 questões objetivas. Verifique se ele está completo e se não apresenta problemas de impressão. Se for o caso, solicite ao fiscal de sala a substituição deste caderno.
- Preencha **agora** os campos destacados acima. No primeiro, escreva seu nome com letra legível; no segundo, aponha sua assinatura.
- Confira a correção de seus dados pessoais constantes na folha de respostas; em caso de erro, consulte um fiscal de sala.
- Preencha as elipses da folha de respostas com caneta esferográfica preta ou azul, sem rasurar.
- Não deixe nenhuma questão sem resposta.
- Não utilize qualquer espécie de material para consulta.
- Abstenha-se de fazer perguntas relacionadas ao conteúdo das questões.
- O candidato **NÃO PODERÁ LEVAR ESTE CADERNO DE QUESTÕES**; o caderno será disponibilizado para consulta no site www.mprs.mp.br.
- Não deixe de assinar a folha de respostas e a lista de presenças.
- Para resolver as 80 questões objetivas deste caderno, você disporá, **no máximo**, de 4 horas.

A partir do dia 03 de dezembro de 2014, o gabarito das 80 questões objetivas será publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, e também estará disponível para consulta no site www.mprs.mp.br/concursos.

LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: As questões **1** a **10** estão relacionadas ao texto abaixo.

1 Segundo o historiador norte-americano Robert Darnton, o Iluminismo pode explicar qualquer coisa
2 em qualquer área de realização humana a partir do século XVIII. É fato que letrados europeus da
3 primeira metade daquele século utilizavam expressões que remetiam à luz da sabedoria em
4 contraposição às trevas da ignorância. Esta fórmula, entretanto, não era nova – e também podia ser,
5 em certa medida, uma transposição do processo religioso bem *versus* mal presente nas tradições
6 cristãs. Esta dualidade está na própria raiz do Renascimento moderno, entre os séculos XV e XVI,
7 sobretudo em sua crítica à Europa da Idade Média. Luz, luzes, ideias luminosas, esclarecimento eram
8 expressões que os iluministas utilizavam para caracterizar seu programa – que incorporava uma nova
9 atitude em relação ao conhecimento.

10 O livro-manifesto desta nova atitude é *O experimentador*, publicado por Galileu em 1623. Este livro
11 foi inspirado no trabalho do português Estevão Rodrigues de Castro. O livro se chama *Microcosmo dos*
12 *meteoros* e foi publicado em Florença em 1621. Castro reafirmava princípios supostamente sepultados
13 pela autoridade científica acadêmica e religiosa da sua época. *O experimentador*, por sua vez, escrito
14 de maneira polêmica e opondo-se diretamente ao conhecimento oficial, lançado com uma estratégia
15 de publicidade que incluía o apoio do próprio papa, que aprovou o livro publicamente sem tê-lo lido,
16 teve enorme impacto.

17 Segundo o filósofo alemão Ernest Cassirer, o século XVIII vai na mesma direção deste manifesto e
18 rejeita terminantemente _____ filosofia do conhecimento confrontada por Galileu no século XVII:
19 a dedução a partir de um princípio incontestável, capaz de ser sustentado unicamente pela tradição. A
20 filosofia da época, ao contrário, adotaria um método essencialmente diverso: a análise (ou crítica).

21 O historiador alemão Reinhart Koselleck, autor de *Crítica e crise* (1959), também remonta o
22 problema ao século XVII, no qual esta transformação no método do conhecimento se relaciona com
23 as discussões sobre a vida pública. Para ele, a questão é indissociável da constituição do Estado
24 absolutista em meio _____ guerras religiosas. A guerra civil na Inglaterra (1642-1651) impediu
25 momentaneamente, segundo ele, a formação do Estado moderno. Mas acabou sendo o motivo do
26 erguimento do Absolutismo, contra o qual, no século XVIII, se formaria esta crítica que chamamos de
27 'Esclarecimento'.

28 Acompanhando a consolidação da nova ordem monárquica do final do século XVII, Koselleck
29 observa o apaziguamento das forças internas. De um lado, foi estabelecida uma esfera política,
30 própria do rei, destituída do julgamento sobre o que é certo ou errado (ou seja, uma moral), e que
31 obedece unicamente _____ razão de Estado. De outro, uma esfera privada, que pode ser moral,
32 na qual os filósofos estão livres para exercer a razão propriamente dita, isto é, o pensamento crítico
33 sistemático.

34 Assim, no período em que os conflitos religiosos se generalizaram, alguns letrados observaram que
35 a liberdade de consciência – e de crítica – era incompatível com a paz: a discordância pública sobre o
36 que era certo ou errado levaria _____ guerra. Deste modo passaria a existir uma nítida divisão
37 entre o mundo exterior, político, no qual só quem fala é o monarca, e o mundo interior, em que o
38 indivíduo esconde a sua consciência. É justamente aí, no espaço secreto da consciência, que vai se
39 desenvolver o Iluminismo, ou Esclarecimento.

40 O processo do Esclarecimento é a projeção para o mundo público desta nova racionalidade. Isso
41 terá um impacto ainda maior na medida em que o século XVIII vai conhecer uma inédita expansão da
42 alfabetização e um significativo barateamento da produção de textos. Um autor que simboliza esta
43 transposição de atitude de um mundo privado e científico para um mundo público e político é John
44 Locke. Para ele, a capacidade individual de formar juízo existe independente da vontade do soberano,
45 independente da autorização estatal, e extrapola a consciência individual. A sociedade se submete às
46 suas próprias leis morais, que têm a mesma importância das leis civis. Forma-se, paulatinamente, a
47 chamada "opinião pública", capaz de definir o que é uma ação virtuosa – que deve ser encorajada, e
48 uma ação viciosa – que é objeto de censura.

Adaptado de: ELIAS, R. Os filósofos do século XVIII só concordavam em um único ponto: podiam discordar, publicamente, usando a razão. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/essa-luzEssa luz>>. Acesso em: 1 out. 2014.

1. Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas das linhas 18, 24, 31 e 36.

- (A) aquela – às – a – a
 (B) àquela – as – à – a
 (C) aquela – às – à – à
 (D) àquela – as – à – à
 (E) àquela – às – a – à

2. Considere as seguintes afirmações acerca do conteúdo do texto.

- I. No século XVIII, percebe-se a divisão entre esfera pública e esfera privada; é nesta última que o pensamento crítico se desenvolve.
 II. Galileu inspirou-se claramente no livro de Estevão Rodrigues de Castro, publicado dois anos antes do livro-manifesto *O experimentador*.
 III. O “Esclarecimento” defende a liberdade de pensamento e a consciência autônoma, sem nenhuma vinculação com leis criadas pelos governos.

Quais estão corretas de acordo com o texto?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas II e III.
 (E) I, II e III.

3. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações acerca da proposta de substituição de segmentos do texto, conforme estejam corretas ou não.

- () A substituição de **daquele século** (l. 3) por **desse século** manteria o significado da frase.
 () A substituição de **sobretudo** (l. 7) por **mormente** manteria o significado da frase.
 () A substituição de **do próprio papa** (l. 15) por **do papa em pessoa** seria semanticamente adequada.
 () A substituição de **remonta** (l. 21) por **atribui** seria semanticamente adequada.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – F – V.
 (B) F – V – F – V.
 (C) F – F – V – V.
 (D) V – V – V – F.
 (E) V – F – V – F.

4. Assinale a alternativa em que as três palavras são acentuadas conforme a mesma regra gramatical.

- (A) *século* (l. 3) – *época* (l. 20) – *também* (l. 21)
 (B) *está* (l. 6) – *só* (l. 37) – *ai* (l. 38)
 (C) *incluía* (l. 15) – *destituída* (l. 30) – *período* (l. 34)
 (D) *indissociável* (l. 23) – *consciência* (l. 35) – *inedita* (l. 41)
 (E) *própria* (l. 6) – *indivíduo* (l. 38) – *importância* (l. 46)

5. Considere os seguintes segmentos retirados do texto.

1. **trevas da ignorância** (l. 4)
 2. **tradições cristãs** (l. 5-6)

3. **ideias luminosas** (l. 7)
 4. **conflitos religiosos** (l. 34)

Quais desses segmentos apresentam emprego de linguagem metafórica?

- (A) Apenas 1 e 2.
 (B) Apenas 1 e 3.
 (C) Apenas 3 e 4.
 (D) Apenas 2, 3 e 4.
 (E) 1, 2, 3 e 4.

6. Leia o enunciado que segue, retirado do texto.

Esta fórmula, entretanto, não era nova – e também podia ser, em certa medida, uma transposição do processo religioso bem versus mal presente nas tradições cristãs. (l. 4-6)

Considere abaixo as três propostas de reescrita desse enunciado.

1. Em certa medida, entretanto, esta fórmula não era nova: também podia ser uma transferência do processo religioso bem *versus* mal presente nas tradições cristãs.
 2. Contudo, esta fórmula não era nova, pois também podia ser, até certo ponto, uma transposição do processo religioso da oposição entre bem e mal que se encontra nas tradições cristãs.
 3. Esta fórmula não era nova; todavia, também podia ser uma transposição do princípio religioso bem *versus* mal presente, em certa medida, nas tradições cristãs.

Quais propostas são reescritas corretas, e equivalentes em termos de significado, do enunciado retirado do texto?

- (A) Apenas 1.
 (B) Apenas 2.
 (C) Apenas 3.
 (D) Apenas 1 e 3.
 (E) Apenas 2 e 3.

7. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações acerca de segmentos do texto.

- () Os segmentos **ao conhecimento** (l. 9) e **das forças internas** (l. 29) exercem a mesma função sintática nos contextos em que ocorrem.
 () A forma verbal **acabou** (l. 25) tem como sujeito o segmento [*d*]o **Estado moderno** (l. 25).
 () O artigo definido **a** (l. 38) que se encontra antes de **sua** (l. 38) poderia ser suprimido, sem acarretar erro gramatical ou alteração de significado.
 () A expressão **na medida em que** (l. 41) poderia ser substituída por **à medida em que**, sem que isso acarretasse incorreção.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – F – V – F.
 (B) V – V – F – F.
 (C) V – F – V – F.
 (D) V – F – F – V.
 (E) F – V – F – V.

8. Considere as seguintes afirmações sobre possibilidades de substituição de palavra do texto.

- I. A substituição de **utilizavam** (l. 8) por se valiam não acarretaria outra alteração na frase.
- II. A substituição de **opondo-se** (l. 14) por **contestando** acarretaria uma mudança na frase.
- III. A substituição de **aprovou** (l. 15) por **deu aprovação** acarretaria uma mudança na frase.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

9. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações acerca de advérbios que ocorrem no texto.

() Na linha 12, o uso do advérbio **supostamente** sugere que o autor do texto duvida do que Castro afirma em seu livro *Microcosmo dos meteoros*.

() Na linha 18, o uso do advérbio **terminantemente** dá a entender que Ernest Cassirer era frontalmente contrário às ideias de Galileu registradas em *O experimentador*.

() Na linha 19, o uso do advérbio **unicamente** sugere que apenas a tradição pode sustentar o **princípio incontestável** (l. 19).

() Na linha 46, o uso do advérbio **paulatinamente** indica que, de acordo com o autor, a opinião pública foi formada em etapas, de forma gradual.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – F – V – V.
- (B) V – F – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – V – F – F.
- (E) F – V – F – F.

10. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre sinais de pontuação empregados no texto.

() O travessão da linha 8 poderia ser substituído por vírgula, sem prejuízo do significado e da correção do período.

() O ponto final da linha 25 poderia ser substituído por vírgula, desde que se inicie a frase seguinte com letra minúscula.

() A vírgula colocada depois da palavra **Absolutismo** (l. 26) poderia ser suprimida, sem prejuízo da correção do período.

() Os travessões da linha 35 poderiam ser suprimidos, sem prejuízo do significado e da correção do período.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – F – V – V.
- (B) V – F – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) F – V – F – F.
- (E) V – V – F – F.

Instrução: As questões **11 a 20** versam sobre aspectos da redação oficial.

11. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas das frases abaixo, na ordem em que aparecem.

1. _____ salas neste centro administrativo.
2. Na sede da OAB, _____seguidamente a palestras interessantes.
3. Na língua coloquial, _____ reiteradamente erros de concordância.

- (A) Locam-se – assistia-se – cometem-se
- (B) Loca-se – assiste-se – comete-se
- (C) Pode se locar – assistiam-se – cometem-se
- (D) Locam-se – assistia-se – comete-se
- (E) Podem se locar – assistem-se – cometem-se

12. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas das frases abaixo, na ordem em que aparecem.

1. _____ reuniões aqui nesta tarde.
2. _____ divergências quanto a este caso.
3. _____ haver duas audiências judiciais para que se possa encerrar o caso.
4. Se não _____ suficientes recursos financeiros, o novo prédio do tribunal não teria sido construído.

- (A) Houve – existem – Deverá – tivesse havido
- (B) Houveram – existe – Deverão – houve
- (C) Houve – existe – Deverão – tivessem havido
- (D) Houveram – existiam – Deveriam – houve
- (E) Haviam – existem – Deverá – tinha havido

13. Considere as seguintes afirmações sobre a divisão de períodos em orações e a classificação das respectivas orações.

- I. No período **Convém que as partes arquem com os custos processuais**, temos duas orações: a primeira é a principal; a segunda é uma oração subordinada substantiva subjetiva.
- II. No período **Entendemos que a situação não é fácil para as partes envolvidas no litígio**, temos duas orações: a primeira é a principal; a segunda é uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- III. No período **A razão é que dei a minha palavra ao acusado**, temos duas orações: a primeira é a principal; a segunda é uma oração subordinada substantiva predicativa.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

14. No primeiro bloco, abaixo, estão listados os nomes de duas funções sintáticas; no segundo bloco, quatro enunciados que apresentam pronome oblíquo destacado com sublinha, o qual, no enunciado em que aparece, exerce uma dessas duas funções sintáticas.

Associe adequadamente o segundo bloco ao primeiro.

1. **Objeto direto**

2. **Objeto indireto**

- () Os novos estagiários nunca lhe pediram o tal documento.
 () O advogado mandou chamar-te para a audiência.
 () Dá-me a impressão de que falta com a verdade.
 () Considera-nos bons advogados.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) 2 – 1 – 2 – 1.
 (B) 2 – 2 – 1 – 1.
 (C) 1 – 1 – 1 – 2.
 (D) 1 – 2 – 1 – 2.
 (E) 2 – 1 – 2 – 2.

15. Considere os seguintes enunciados e as respectivas propostas de passagem à voz passiva.

Enunciado	Reescrita
1. O juiz mandou dar andamento ao processo.	Foi dado andamento ao processo pelo juiz.
2. Os advogados copiaram os documentos do processo.	Os documentos do processo foram copiados pelos advogados.
3. O delinquente enganara até o mais experiente dos advogados.	Até o mais experiente dos advogados foi enganado pelo delinquente.

Quais propostas estão corretas?

- (A) Apenas 1.
 (B) Apenas 2.
 (C) Apenas 3.
 (D) Apenas 1 e 2.
 (E) 1, 2 e 3.

16. Considere os seguintes enunciados e as respectivas propostas de reescrita.

Enunciado	Reescrita
1. O advogado exige a punição do culpado.	O advogado exige que o culpado seja punido.
2. Os advogados aspiravam à absolvição do réu.	Os advogados aspiravam que fosse absolvido o réu.
3. O advogado tinha consciência do cumprimento do dever.	O advogado tinha consciência que cumpriu o dever.

Quais propostas estão corretas?

- (A) Apenas 1.
 (B) Apenas 2.
 (C) Apenas 3.
 (D) Apenas 1 e 2.
 (E) 1, 2 e 3.

Instrução: As questões 17 a 20 referem-se ao trecho abaixo, extraído e adaptado de documento oficial.

- 1 As condutas perpetradas pelo recorrente _____ações típicas e conscientes, dirigidas para as
 2 finalidades ilícitas de comprar, guardar e pôr em circulação moeda falsa. A materialidade delitiva
 3 restou evidenciada através de exame pericial, consignando os peritos que as falsificações eram de
 4 considerável qualidade, revestindo-se de aptidão para _____ no meio circulante e enganar
 5 incautos. Outrossim, a participação do apelante na empreitada criminosa é estreme de dúvidas, até
 6 porque por ele confessada em juízo, em relato cujo teor guarda consonância com os demais
 7 depoimentos prestados tanto pelos corréus quanto pelas testemunhas. _____ dos autos,
 8 ademais, que o recorrente, à época dos fatos, era sócio de um supermercado no centro de
 9 Cacimbinhas. Destarte, é razoável concluir tenha condições financeiras de arcar com os salários
 10 mínimos da sanção pecuniária hostilizada, além das custas processuais.

17. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas das linhas 1, 4 e 7, nesta ordem.

- (A) constituem – ser introduzidos – Depreendem-se
 (B) constituiriam – serem introduzidos – Depreende-se
 (C) constituíram – serem introduzidas – Depreende-se
 (D) constituíam – ser introduzidas – Depreendem-se
 (E) constituirão – serem introduzidas – Depreendem-se

18. Considere as seguintes propostas de substituição de segmentos do trecho.

- I. Substituir **incautos** (l. 5) por **ingênuos**.
 II. Substituir **estreme de dúvidas** (l. 5) por **muito duvidosa**.
 III. Substituir **consonância** (l. 6) por **conformidade**.

Quais propostas estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e III.
 (E) I, II e III.

19. Considere as seguintes propostas de deslocamento de segmentos do trecho.

- I. Deslocar **moeda falsa** (l. 2) para antes de **em circulação** (l. 2).
 II. Deslocar **qualidade** (l. 4) para antes de **considerável** (l. 4).
 III. Deslocar **criminosa** (l. 5) para antes de **empreitada** (l. 5).

Quais propostas estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e III.
 (E) I, II e III.

20. Considere as seguintes propostas de inserção de palavras no trecho.

- I. Inserir **foi** antes de **por ele** (l. 6).
 II. Inserir **de** antes de **cujo** (l. 6).
 III. Inserir **que** antes de **concluir** (l. 9).

Quais propostas estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e III.
 (E) I, II e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações.

() Consideram-se rígidas as constituições que não admitem modificação alguma em seu conteúdo; nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, por admitir emendas conforme o procedimento previsto no seu art. 60, seria classificável como flexível.

() No que tange às características da Constituição Federal de 1988, podemos dizer que ela é, quanto à forma, escrita; de origem democrática; ideologicamente

eclética; rígida quanto à possibilidade de sua alteração; e, no tocante a sua extensão e conteúdo, analítica.

() A interpretação conforme a constituição é ao mesmo tempo uma técnica de controle de constitucionalidade e um critério de exegese constitucional; trata-se de um mecanismo hermenêutico pelo qual as Cortes Supremas evitam as violações constitucionais, partindo do pressuposto de que leis e atos normativos devem sempre ser interpretados de acordo com a constituição. Pode dar-se com ou sem redução de texto, isto é, mediante a exclusão de termos ou expressões da lei reputada viciada, ou apenas adotando-se a interpretação do dispositivo legal inquinado que mais se coaduna com o texto constitucional.

() A impossibilidade de Emenda Constitucional destinada, por exemplo, a implantar a censura prévia à expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, por ofender o disposto no § 4º do art. 60 da Constituição Federal (repositório das ditas cláusulas pétreas), constitui um limite material tanto ao poder constituinte originário quanto ao poder constituinte derivado.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – V – F – V.
 (B) F – V – V – F.
 (C) F – V – V – V.
 (D) V – F – F – V.
 (E) F – F – V – F.

22. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações com relação ao tema Controle de Constitucionalidade.

() O processo legislativo é passível de controle difuso; assim, a proposta de uma lei complementar que contrarie a Constituição pode ensejar, por exemplo, mandado de segurança contra Presidentes ou Mesas das Casas Legislativas.

() A ação civil pública pode ser um instrumento tanto de controle difuso ou desconcentrado de constitucionalidade quanto de controle concentrado ou abstrato de constitucionalidade, caso em que funcionaria como sucedâneo de ação direta de inconstitucionalidade.

() Diz-se que o controle *difuso* ou desconcentrado de constitucionalidade é aquele que se manifesta pela *via da exceção*, em uma ação judicial em curso; isso impede, por conseguinte, que o juiz, nessa modalidade de controle de constitucionalidade, dado o caso concreto, possa de ofício afastar a aplicabilidade de norma por ele reputada inconstitucional.

() A arguição de descumprimento de preceito fundamental possui natureza jurídica híbrida, pois, embora seja modalidade de controle de constitucionalidade concentrado, contém eficácia difusa ao referir-se a questão prejudicial existente, por exemplo, em uma demanda judicial deflagrada.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – V – F – V.
 (B) V – V – V – F.
 (C) F – V – V – V.
 (D) V – F – F – V.
 (E) F – F – V – F.

23. Assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Ainda que o sistema jurídico-constitucional pátrio consagre o direito à vida como direito fundamental, ele admite excepcionalmente a pena de morte.

(B) Como regra, os direitos e garantias fundamentais se estabelecem na relação entre o particular e o Poder Público; porém, pela *teoria da eficácia vertical dos direitos fundamentais e garantias fundamentais*, ocorre a aplicação das ditas liberdades públicas também no plano das relações travadas exclusivamente entre particulares.

(C) Não se deve confundir a *interceptação telefônica*, esta autorizada pela Constituição, desde que por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, com o sigilo dos *registros telefônicos*, que nada mais são do que os telefonemas registrados nos bancos de dados das operadoras de telefonia e que não estão sujeitos ao princípio da reserva absoluta de jurisdição, podendo as Comissões Parlamentares de Inquérito, segundo precedente do Supremo Tribunal Federal, ter acesso a tais dados sem a necessidade de ordem judicial.

(D) Muito embora o *caput* do art. 5º da CF se refira a brasileiros (natos ou naturalizados) e a estrangeiros *residentes no país*, os estrangeiros turistas e de passagem pelo Brasil também podem se beneficiar de alguns desses direitos, como o manejo do *habeas corpus*.

(E) Um dos corolários da *função social da propriedade* (art. 5º, XXII, CF) é o de que compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

24. Considere as seguintes afirmações.

- I. No Brasil, o sufrágio, isto é, o Direito Público subjetivo de votar e ser votado, é restritivo, na modalidade capacitário, já que o analfabeto não possui capacidade eleitoral passiva, sendo-lhe vedado disputar eleições.
- II. Os direitos políticos negativos são aqueles que impedem o cidadão de participar do processo eleitoral; podem expressar-se como *incapacidade eleitoral ativa* (o cidadão é impedido de votar) ou como *incapacidade eleitoral passiva* (o cidadão está impedido de candidatar-se).
- III. O princípio da liberdade partidária, consagrado na Constituição Federal, é ilimitado; por conseguinte, ainda que ética ou politicamente censurável, é possível a criação no país de agremiações políticas destinadas a suprimir o regime democrático, pois não se pode subtrair previamente, do debate

político, quaisquer ideias em relação à estruturação do Estado.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

25. Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações.

() Com a promulgação, mediante a sanção da Presidência da República, a lei passa a vigorar de plano, sendo a sua publicação apenas o exaurimento do processo legislativo.

() Pela imunidade processual, os deputados e senadores, a partir de sua posse, não podem ser presos, salvo em flagrante por crime inafiançável.

() Lei ordinária que amplie a competência do Tribunal do Júri não ofende o art. 5º, XXXVIII, letra "d", nem a cláusula pétrea do § 4º do art. 60, ambos da Constituição Federal.

() Segundo a Constituição Federal, art. 5º, XLII, a prática do racismo e da homofobia constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis, sujeitos à pena de reclusão, nos termos da lei.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – V – F – V.
- (B) V – V – V – F.
- (C) F – V – V – V.
- (D) V – F – F – V.
- (E) F – F – V – F.

DIREITO ADMINISTRATIVO**26. Considere as seguintes afirmações.**

- I. Em matéria do regime jurídico dos bens públicos, tanto a afetação quanto a desafetação podem ser expressas ou tácitas.
- II. Os vizinhos do imóvel tombado não poderão, sem autorização prévia do órgão técnico, fazer construção que impeça ou reduza a visibilidade do referido bem; essa restrição aos imóveis da área envoltória é um exemplo de servidão administrativa.
- III. Ocupação temporária é a utilização que o Estado faz, de modo transitório, de imóvel particular para fins de interesse público; em razão mesmo desse interesse público, não admite indenização, mesmo que haja dano ao referido bem.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

27. Considere as seguintes modalidades de licitação.

1. Modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
2. Modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
3. Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
4. Modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

Esses conceitos, respectivamente, correspondem a quais modalidades de licitação?

- (A) Concorrência, tomada de preços, concurso e convite.
- (B) Tomada de preços, concurso, concorrência e convite.
- (C) Leilão, concurso, tomada de preços e convite.
- (D) Concorrência, convite, concurso e tomada de preços.
- (E) Tomada de preços, concorrência, concurso e convite.

28. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação **INCORRETA**.

- (A) A presunção de legitimidade e de veracidade é um dos atributos do ato administrativo; por ela, os atos praticados pela Administração Pública presumem-se válidos perante o Direito e verdadeiros quanto aos fatos alegados pela Administração Pública.
- (B) A impossibilidade de a Administração Pública cobrar suas multas sem prévio processo de execução e inscrição do débito na dívida ativa é uma das exceções à regra geral de autoexecutoriedade dos atos administrativos.

(C) O dito poder extroverso ou imperatividade são características de todos os atos administrativos; dessa forma, a Administração Pública impõe obrigações a terceiros, contrariando o princípio reinante na esfera privada da autonomia da vontade, já que somente assim o Estado pode agir na consecução de suas finalidades e observância do bem comum.

(D) Em se tratando de anulação e revogação dos atos administrativos, é correto afirmar que, de regra, a revogação abrange o mérito do ato administrativo, ou seja, sua conveniência e oportunidade, ao passo que a anulação é promovida com vista à ilegalidade ou ilegitimidade desse ato; como consequência, a revogação possui geralmente efeitos *ex nunc*, enquanto a anulação apresenta efeitos *ex tunc*, retroagindo à data do nascimento do ato e impedindo que desse ato decorram direitos, ressalvando-se, no caso de anulação do ato administrativo e em situações peculiares, os efeitos em relação a terceiros de boa fé e a teoria do fato consumado.

(E) Não existem atos administrativos totalmente discricionários, pois a atuação administrativa deverá observar a competência para o ato, sua forma e finalidade; com isso, o que se denomina discricionariedade administrativa geralmente consiste na possibilidade de a Administração Pública avaliar os motivos e selecionar o objeto do ato, isso quando a lei lhe permitir a decisão acerca da conveniência e oportunidade do agir administrativo.

29. Considere as seguintes afirmações no tocante ao tema serviços públicos.

- I. Não constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- II. A concessão de serviço público consiste na delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- III. Em se tratando de direitos e deveres dos usuários na concessão de serviços públicos, por existir legislação específica (Lei nº 8.987/95), esta é a que rege integralmente a matéria, não cabendo, aqui, a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, que se ocupa dos serviços na esfera privada.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

30. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações.

() Por ser o ato de improbidade administrativa personalíssimo em relação ao agente que o comete, no caso de lesão ao erário ou enriquecimento ilícito seus sucessores não estão sujeitos às cominações da Lei nº 8.429/92.

() O direito de regresso do Estado contra o agente público que, por dolo ou culpa, causou o dano a terceiros consiste numa *faculdade* da Administração, que avaliará a oportunidade e conveniência de processar o agente faltoso, sendo essa decisão um típico *ato administrativo discricionário*, visto que o direito de ação não é coercitivo e o Estado pode não ter interesse em expor o servidor causador do dano a um processo judicial.

() A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento, e da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

() As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta, incluindo pessoas jurídicas, sendo que com relação a estas é possível a utilização da teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – V – F – V.
 (B) V – V – V – F.
 (C) F – F – V – V.
 (D) V – F – F – V.
 (E) F – F – V – F.

DIREITO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

31. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação que esteja totalmente correta.

(A) Conforme o art. 128 da Constituição Federal, o Ministério Público abrange: o Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Ministério Público de Contas da União, e os Ministérios Públicos Estaduais e os Ministérios Públicos de Contas dos Tribunais de Contas Estaduais.

(B) Segundo a Constituição Federal, são princípios institucionais do Ministério Público a *indivisibilidade*, a *unidade* e a *vitaliciedade* de seus membros, ao passo que as garantias funcionais são a *independência funcional*, a *inamovibilidade* e a *irredutibilidade de subsídio*.

(C) Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, cabe-lhe, além das funções institucionais

previstas no art. 129 da Constituição Federal, excepcionalmente e quando o interesse público o exigir, a representação judicial e, eventualmente, a consultoria de entidades públicas.

(D) Constitui prerrogativa dos membros do Ministério Público não ser indiciado em inquérito policial; em decorrência disso, quando no curso da investigação houver indícios da prática de infração penal por parte de membro do Ministério Público, a autoridade policial, civil ou militar remeterá, imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ao Procurador-Geral de Justiça, a quem competirá dar prosseguimento à apuração.

(E) O membro vitalício do Ministério Público somente perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação própria, ou mediante decisão fundamentada, após procedimento em que se garantirá ao membro ampla defesa e o contraditório, do Conselho Nacional do Ministério Público.

32. Considere as seguintes situações.

1. Reingresso, nos quadros da carreira, do membro do Ministério Público aposentado.
2. Retorno do membro do Ministério Público em disponibilidade ao exercício funcional.
3. Retorno, por sentença transitada em julgado, do membro do Ministério Público ao cargo, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão do afastamento, inclusive a contagem do tempo de serviço.

Essas situações, respectivamente, correspondem ao que se denomina

- (A) reingresso, retorno de disponibilidade e readmissão.
 (B) reversão, aproveitamento e reintegração.
 (C) reversão, reintegração e readmissão.
 (D) reintegração, reaproveitamento e readmissão.
 (E) aproveitamento, reversão e reintegração.

33. Considere as seguintes afirmações.

- I. São órgãos auxiliares do Ministério Público, além de outros criados pela Lei Orgânica: os Centros de Apoio Operacional; a Comissão de Concurso; o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional; os órgãos de apoio administrativo; os estagiários.
- II. O Promotor de Justiça que revelar assunto de caráter sigiloso que conheça em razão do cargo ou função comprometendo a dignidade de suas funções ou da Justiça está sujeito, de acordo com a Lei nº 6.536/73, à pena administrativa de suspensão de 10 a 90 dias.
- III. Cabe ao Conselho Superior do Ministério Público rever o arquivamento de inquérito civil, na forma da lei.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e II.
 (E) I, II e III.

DIREITO PENAL

34. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação correta.

(A) A conduta de reduzir tributo mediante a alteração de nota fiscal (art. 1º, inciso III, da Lei nº 8.137/90) tipifica o crime contra a ordem tributária, independentemente do lançamento definitivo do tributo.

(B) A Lei de "Lavagem" de Dinheiro conferiu ao Ministério Público e à autoridade policial a atribuição para requisição direta, sem intermediação judicial, exclusivamente, aos dados cadastrais do investigado que informam qualificação pessoal, filiação e endereço, mantidos em bases da Justiça Eleitoral, companhias telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartões de crédito.

(C) No curso da execução da pena, a falta grave praticada pelo detento interrompe o prazo para obtenção do livramento condicional.

(D) Extinta a punibilidade da infração penal antecedente, não se configura o crime de lavagem de dinheiro.

(E) Aplica-se o princípio da consunção aos crimes de receptação e porte ilegal de arma na hipótese de quem adquire um revólver cuja origem sabe ser criminosa e, posteriormente, venha a ser flagrado portando a arma em desacordo com a determinação legal e regulamentar.

35. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna tracejada do enunciado abaixo.

Plínio Sampaio, 17 anos de idade, durante os festejos de carnaval, quebrou a vitrine da Joalheria Esplendor, na cidade de Bagé. Na sequência, subtraiu diversos relógios e anéis que estavam expostos no local. Identificado pela autoridade policial, refugiou-se na casa de seu amigo, Plácido Sampaio, 21 anos de idade, que, ao tomar conhecimento dos fatos, auxiliou-o, escondendo-o no porão de sua residência, durante as buscas da autoridade policial. Na sequência, Plácido conduziu Plínio Sampaio, em seu carro, até a cidade de Dom Pedrito, frustrando a investigação policial. Nessa situação, é correto afirmar que a conduta de Plácido _____ .

- (A) tipifica favorecimento real
- (B) tipifica favorecimento pessoal
- (C) tipifica furto qualificado pelo concurso de agentes
- (D) tipifica condescendência criminosa
- (E) não tipifica crime algum

36. Mariângela, funcionária pública da Prefeitura Municipal de Jaguarão, convidou Antônio, seu namorado e proprietário de um estabelecimento comercial de aparelhos eletrônicos, para auxiliá-la a apoderar-se de um televisor que se encontrava no gabinete de seu chefe. Horas antes do início do expediente, Antônio, ciente da facilidade que teriam na retirada do aparelho, por ser sua namorada funcionária pública, com livre acesso ao local do bem,

ajudou-a a se assenhorar do televisor. Após, de posse do bem, Antônio levou o televisor para sua loja, colocando-o à venda.

Nesse caso, é correto afirmar que

(A) Mariângela e Antônio respondem pelo crime de furto qualificado pelo concurso de agentes.

(B) Mariângela responde pelo crime de peculato furto, enquanto Antônio responde pelo crime de furto.

(C) Mariângela e Antônio respondem pelo crime de peculato furto.

(D) Mariângela e Antônio respondem pelo crime de peculato apropriação.

(E) Mariângela responde pelo crime peculato desvio e Antônio pelo crime de furto.

37. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação **INCORRETA**.

(A) Funcionário de uma instituição financeira que transfere dinheiro da conta bancária de uma idosa, que lhe confiara o cartão magnético e sua senha, para sua própria conta, pratica o crime de furto, conforme entendimento do STJ.

(B) Qualquer infração penal com potencial para gerar ativos de origem ilícita pode ser antecedente do crime de lavagem de dinheiro.

(C) A prescrição da pena de multa ocorre no mesmo prazo estabelecido para a prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.

(D) O reconhecimento do homicídio privilegiado é compatível com a admissão da qualificadora do meio cruel.

(E) É cabível a aplicação do benefício da detração penal (art. 42 do CP) em processos distintos, desde que o delito pelo qual o sentenciado cumpre pena tenha sido cometido antes da segregação cautelar.

38. Nos termos da Lei nº 11.340/06 (Violência Doméstica) e decisões jurisprudenciais, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação **INCORRETA**.

(A) Nos casos de crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher não se aplica a suspensão condicional do processo.

(B) A medida protetiva de urgência, consistente na suspensão da posse ou restrição do porte de armas do agressor, poderá ser concedida pelo juiz, somente a requerimento do Ministério Público.

(C) Não é necessária a coabitação entre os sujeitos ativo e passivo para caracterização da prática de crime de violência doméstica contra a mulher.

(D) É vedada a aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

(E) A ação penal no crime de ameaça, cuja conduta tenha sido praticada no âmbito doméstico contra a mulher, é pública condicionada à representação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

39. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações.

() A legislação processual penal não admite interpretação extensiva, ou mesmo aplicação analógica, em relação à lei processual penal, a não ser quando favorável ao réu.

() A constituição de defensor independerá de instrumento de mandato, se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.

() O assistente de acusação, ainda que habilitado judicialmente nos autos, não é considerado sujeito essencial da relação jurídica processual penal.

() É extensivo aos peritos, no que lhes for aplicável, o disposto sobre suspeição dos juízes.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

(A) V – F – V – V.

(B) F – V – V – V.

(C) F – V – V – F.

(D) V – V – F – F.

(E) F – F – F – V.

40. Assinale a alternativa correta.

(A) A prevenção como critério determinador da competência ocorrerá sempre que, concorrendo dois ou mais Juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato da persecução criminal, desde que posterior ao recebimento da denúncia.

(B) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência firmar-se-á pela prevenção.

(C) Tendo em vista as previsões legais constantes do Código de Processo Penal, poderá ser operada a continência no concurso entre a jurisdição comum e a jurisdição militar.

(D) Como regra geral, por expressa disposição legal, no caso de crime tentado, a competência será determinada pelo lugar em que for praticado o último ato executório do delito.

(E) A inobservância das regras relativas à conexão, como critério para a determinação da competência jurisdicional, é causa de nulidade absoluta do processo.

41. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) São consideradas questões prejudiciais heterogêneas de suspensão obrigatória do trâmite do processo penal, as controvérsias envolvendo questões civis, em que o magistrado considere sérias e fundadas, sobre o estado civil das pessoas.

(B) Por expressa disposição legal, caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro.

(C) O juiz nomeará curador ao réu quando determinar o exame nos autos do incidente de insanidade mental do acusado, ficando suspenso o processo criminal, caso já iniciada a ação penal, salvo quanto às diligências que possam ser prejudicadas pelo adiamento do processo.

(D) No processo penal, as cartas rogatórias somente serão expedidas quando demonstrada previamente sua imprescindibilidade, devendo a parte requerente arcar com as custas de envio.

(E) O nosso ordenamento jurídico em nenhuma hipótese admite a declaração de testemunhas por escrito, em face ao princípio da oralidade.

42. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) Poderá ser oposta a exceção de suspeição em relação à autoridade policial nos autos do inquérito quando esta não se declarar suspeita nos termos da lei.

(B) Não se admite a ação penal privada subsidiária da ação penal pública quando o inquérito policial foi arquivado pelo Poder Judiciário em atendimento a requerimento expresso do Ministério Público.

(C) Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de 1/6 (um sexto) for superior a (01) um ano.

(D) Nos casos em que somente se procede mediante queixa, ocorrerá a perempção da ação penal em trâmite quando o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.

(E) A sentença que decreta a falência é considerada uma condição objetiva de punibilidade para o exercício da ação penal pela prática de crime falimentar.

43. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações.

() Durante os debates no plenário do Tribunal do Júri as partes não poderão, sob pena de nulidade, fazer referências ao silêncio do acusado ou à ausência de interrogatório por falta de requerimento, em seu prejuízo.

() Da decisão que não receber o recurso em sentido estrito cabe carta testemunhável.

() Os embargos infringentes, julgados por grupos criminais, são privativos da defesa, podendo, no entanto, o Ministério Público utilizar-se deste recurso quando os embargos forem de nulidade.

() A revisão criminal não poderá ser admitida antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

(A) V – F – V – V.

(B) F – V – V – F.

(C) V – V – F – F.

(D) V – V – F – V.

(E) F – F – F – V.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

44. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação correta sobre o sistema recursal vigente.

(A) Quando na decisão recorrida coexistirem questão federal e questão constitucional, de modo autônomo, à parte vencida cabe optar por um por ou outro, vez que, em virtude do princípio da singularidade, para cada ato judicial recorrível há um único recurso previsto no ordenamento, sendo vedada a interposição simultânea ou cumulativa.

(B) Em se tratando de agravo retido, este deverá ser interposto diretamente no Tribunal, enquanto o agravo de instrumento é interposto perante o juízo *a quo*, cabendo a ele processar o recurso.

(C) O Princípio da Fungibilidade, em nenhuma hipótese, é aplicável ao Recurso Extraordinário, tampouco ao Recurso Especial.

(D) Impõe-se julgamento de improcedência, nos casos em que aquele que se saiu vencedor na ação, diante de sentença que não lhe causa qualquer prejuízo, ainda assim, interpõe apelação.

(E) Conhecido o recurso e a ele sendo negado provimento, confirmando-se, então, a decisão de primeiro grau, não se dá o efeito substitutivo, razão pela qual é a sentença e não o acórdão que poderá vir a ser impugnada por ação rescisória.

45. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre a atuação do Ministério Público no Processo Civil.

() O Ministério Público atua na jurisdição cível como órgão agente e órgão interveniente.

() Em se tratando de ações de improbidade, a lei prevê especificamente a legitimação do Ministério Público para a propositura, bem como explicita a obrigatoriedade da intervenção do *parquet* como *custos legis*, sob expressa cominação de invalidade processual.

() Em virtude da própria natureza da *causa petendi*, as ações por improbidade administrativa comportam obrigatoriamente a intervenção ministerial como fiscal da lei, razão pela qual, quando da elaboração da Lei nº 8.429, de 02/06/1992, ao tratar do tema, entendeu o legislador ser desnecessário dispor expressamente sobre tal intervenção.

() A legitimação do Ministério Público para as ações por improbidade administrativa decorre originalmente do art. 129, inciso III, da Constituição Federal, que inclui entre as suas funções a propositura de ação civil pública em defesa do patrimônio público.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

(A) V – V – F – V.

(B) F – F – V – V.

(C) V – F – F – F.

(D) V – F – V – F.

(E) F – V – V – V.

46. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso), considerando as seguintes decisões judiciais.

() Em uma ação de usucapião, diante de um número excessivo de confinantes, o juiz, utilizando-se da faculdade que lhe atribuiu o art. 46, parágrafo único, do Código de Processo Civil, limita o número de litisconsortes, com o objetivo de não comprometer a celeridade do litígio.

() Em uma ação de intervenção obrigatória do Ministério Público, seu representante, ainda que intimado, não interveio no feito, diante do que o magistrado determinou a abertura de nova vista, determinando que o órgão ministerial se manifestasse expressamente.

() Tendo o autor desistido de ação que interpôs, na qual foi decretada a revelia do réu, o juiz extinguiu o feito com julgamento de mérito.

() Em sede de contestação, o réu alega incompetência relativa (territorial) do juízo, não a conhecendo o magistrado, visto que a forma prescrita em lei para tanto é a exceção de incompetência.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

(A) V – F – V – F.

(B) V – F – F – V.

(C) F – V – V – F.

(D) V – F – V – V.

(E) F – F – F – V.

47. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre o processo cautelar.

() A tutela antecipatória tem a mesma substância da tutela final, mas em virtude de ser baseada na verossimilhança, não fica acobertada pela imutabilidade inerente à coisa julgada material.

() Nosso ordenamento civil adjetivo, em respeito ao princípio da tipicidade das formas processuais, cujo objetivo é o de garantir ao cidadão procedimento previsto previamente em lei, não contempla a possibilidade de ação cautelar inominada.

() Ajuizada ação cautelar preparatória perante juízo relativamente incompetente, sem que o réu apresente a respectiva exceção, prorroga-se a competência definida pela cautelar, tornando-se tal juízo (para o qual foi distribuída a cautelar) igualmente competente para a ação principal.

() Diante da natureza do processo cautelar, nele não é admitida a assistência simples, forma de intervenção de terceiros prevista no art. 50 do Código de Processo Civil.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

(A) F – F – V – V.

(B) V – F – F – F.

(C) F – V – F – V.

(D) V – F – V – F.

(E) V – V – V – F.

48. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre o processo de execução.

() Diferentemente do que ocorre no processo de conhecimento, no qual a suspensão do feito por convenção das partes não poderá exceder 6 (seis) meses, no processo de execução esta limitação não existe, podendo as partes convencionar o prazo de suspensão livremente.

() Sendo a sentença certa e exigível, está-se diante de título executivo, apto, portanto, a aparelhar a execução.

() A fraude à execução, ao contrário do que ocorre com a fraude contra credores, independe de ação própria para ser reconhecida, podendo o juiz, no curso da execução, por meio de simples decisão interlocutória, reconhecer a fraude na alienação e autorizar a penhora sobre o bem em litígio.

() Falecendo o autor no curso do processo de execução, extingue-se o feito, visto que neste não se admite a sucessão processual, o que impede que seus sucessores ou seu espólio possam passar a integrar o polo ativo da lide, situação diferente do que ocorre no processo de conhecimento.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – V – F.
 (B) V – F – V – V.
 (C) V – V – F – F.
 (D) F – V – V – V.
 (E) F – V – F – F.

DIREITO CIVIL

49. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre prescrição à luz do Código Civil brasileiro.

() A prescrição pode ser alegada a qualquer tempo e grau de jurisdição, cabendo alteração dos prazos por acordo entre as partes quando se tratar de direitos disponíveis.

() Não corre a prescrição entre ascendentes e descendente emancipado.

() Prescreve em dois anos a pretensão do filho incapaz para haver do genitor prestações alimentares, a partir da data em que as prestações se venceram.

() Em se tratando de obrigação indivisível, a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários aproveita aos demais.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – V – F – V.
 (B) V – F – V – F.
 (C) V – V – F – V.
 (D) F – F – F – V.
 (E) F – V – V – F.

50. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação **INCORRETA** sobre o usufruto.

(A) O usufruto pode recair em um patrimônio inteiro ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e as utilidades.

(B) É possível a transferência do usufruto por alienação e o seu exercício poderá ser objeto de cessão gratuita ou onerosa.

(C) Os frutos civis vencidos na data em que cessa o usufruto pertencem ao usufrutuário.

(D) O usufruto extingue-se, dentre outras hipóteses, pelo não uso, ou não fruição da coisa em que o usufruto recai.

(E) Incumbem ao usufrutuário as despesas ordinárias de conservação do bem no estado em que o recebeu além das prestações e os tributos devidos pela posse ou rendimento da coisa usufruída, e, ao dono, as reparações extraordinárias e as que não forem de custo módico.

51. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação **INCORRETA** sobre alienação parental, considerando o disposto na Lei nº 12.318/2010.

(A) Considera-se ato de alienação parental a interferência, que pode ser promovida ou induzida pelos avós, na formação psicológica da criança ou do adolescente para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

(B) A Lei nº 12.318/2010 prevê, taxativamente, as formas de alienação parental, descrevendo, dentre outras, omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço.

(C) Caracterizados atos típicos de alienação parental o juiz poderá, segundo a gravidade do caso, declarar a suspensão da autoridade parental.

(D) Havendo indício da prática de ato de alienação parental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial, caso em que o laudo deverá ser apresentado no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogado exclusivamente por autorização judicial baseada em justificativa circunstanciada.

(E) Declarado indício de ato de alienação parental, a requerimento ou de ofício, em qualquer momento processual, em ação autônoma ou incidentalmente, o processo terá tramitação prioritária.

52. Considere as seguintes afirmações acerca do direito de sucessões.

I. Ao cônjuge sobrevivente é assegurado o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, exceto se casado sob o regime de separação de bens, desde que seja o único, daquela natureza a inventariar.

II. Na linha descendente os filhos sucedem por estirpe e os outros descendentes, por cabeça ou por estirpe, conforme se achem ou não no mesmo grau.

III. Concorrendo com apenas um ascendente em primeiro grau, ao cônjuge tocará metade da herança.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e III.
 (E) I, II e III.

53. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as afirmações abaixo.

() A doação verbal será válida, se, versando sobre bens móveis e de pequeno valor, se lhe seguir incontinenti a tradição.

() A doação pura, realizada em favor de donatário absolutamente incapaz, valerá se a aceitação for realizada pelo seu representante legal.

() Podem ser revogadas por ingratidão as doações puramente remuneratórias, dentre outras hipóteses, quando o donatário atentou contra a vida do doador.

() O Ministério Público poderá exigir a execução do encargo de doação estipulado a benefício do interesse geral, depois da morte do doador, se este não o tiver feito.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

(A) V – V – V – F.

(B) F – V – F – V.

(C) V – V – F – F.

(D) F – F – V – V.

(E) V – F – F – V.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

54. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação **INCORRETA** acerca das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

(A) Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, concluído o procedimento judicial e não sendo hipótese de remissão, o Juiz, havendo indícios da autoria e prova da materialidade, poderá determinar que o adolescente promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

(B) A prestação de serviços à comunidade, consistente na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, não poderá ser aplicada por período excedente a seis meses devendo ser cumprida em jornada máxima de oito horas semanais.

(C) A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, incumbindo ao orientador, com o apoio e supervisão da autoridade competente, dentre outros encargos, supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, a sua matrícula.

(D) O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

(E) A medida de internação poderá ser aplicada quando houver descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta, não podendo exceder, nesta hipótese, o prazo de três meses.

55. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação correta acerca dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

(A) Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe privada de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável desde que mediante prévia autorização judicial.

(B) A condenação criminal do pai por crime doloso sujeito à pena de detenção, praticado contra o próprio filho implicará a destituição do poder familiar.

(C) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, anualmente, devendo a autoridade judiciária competente, com base em prova testemunhal coletada em juízo, decidir pela possibilidade de reintegração ou colocação em família substituta.

(D) O direito à liberdade da criança e do adolescente compreende, entre outros aspectos, crença e culto religioso e participação da vida política, na forma da lei.

(E) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, disponível, e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, observado o segredo de justiça.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

56. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação **INCORRETA** acerca do disposto no Decreto nº 186, de 2008, que aprovou o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

(A) São princípios gerais da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, dentre outros, a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e a igualdade entre o homem e a mulher.

(B) O princípio da acessibilidade pretende assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidade com as demais pessoas, não apenas ao meio físico e ao transporte, mas também à informação e comunicação.

(C) A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência tem por princípio geral o assistencialismo como forma de garantir o pleno e efetivo gozo dos direitos da pessoa com deficiência.

(D) A discriminação por motivo de deficiência, compreendida como qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, abrange, dentre outras hipóteses, a recusa de adaptação razoável.

(E) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade constitui princípio da Convenção.

57. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as afirmações abaixo, relativas às Ações Cíveis Públicas destinadas à proteção dos interesses coletivos ou difusos das pessoas com deficiência, nos termos do disposto na Lei nº 7.853/89.

() O Ministério Público, a União, os Estados, Municípios e Distrito Federal, as associações constituídas há mais de seis meses, nos termos da lei civil, além das autarquias, empresas públicas, fundações ou sociedades de economia mista, independente da finalidade institucional, possuem legitimidade ativa para propositura das ações civis públicas destinadas à proteção dos interesses coletivos ou difusos das pessoas com deficiência.

() Em caso de desistência ou abandono da ação civil pública, qualquer dos co-legitimados pode assumir a titularidade ativa.

() A sentença em ação civil pública ajuizada para a proteção dos interesses coletivos das pessoas com deficiência terá sempre eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*.

() Instaurado Inquérito Civil, esgotadas as diligências, caso se convença o órgão do Ministério Público da inexistência de elementos para a propositura de ação civil, promoverá, fundamentadamente o arquivamento do inquérito civil, com remessa, no prazo de 3 (três) dias, ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores, que o examinará, deliberando a respeito.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – V – F – V.
 (B) F – V – F – F.
 (C) F – F – V – F.
 (D) V – F – V – V.
 (E) V – V – F – F.

DIREITO DO IDOSO

58. Considere as seguintes afirmações a respeito do Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003.

- I. Não estando o idoso no domínio de suas faculdades mentais, tendo sido interditado, o direito de opção pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável será exercido pelo Ministério Público.
- II. Aos idosos, a partir de 60 (sessenta) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário mínimo.
- III. Consistem medidas de proteção a serem aplicadas em caso de lesão aos direitos do idoso, dentre outras, encaminhamento à família ou curador mediante termo de responsabilidade e inclusão em programa oficial de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso ou a pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.

- (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e III.
 (E) I, II e III.

DIREITO URBANÍSTICO

59. Considere as seguintes afirmações sobre o Provimento nº 28/2004 – CGJ que instituiu o Projeto *More Legal 3*, em 28 de outubro de 2004.

- I. Esse Provimento fundamenta-se no fato de os fracionamentos, mesmo quando não planejados ou autorizados administrativamente de forma expressa, poderem gerar em muitas hipóteses, situações fáticas consolidadas e irreversíveis, adquirindo as unidades desmembradas autonomia jurídica e destinação social compatível, com evidente repercussão na ordem jurídica.
- II. Esse Provimento fundamenta-se no pressuposto de que eventual anomalia no registro não pode ser alvo de ação própria objetivando a anulação em processo contencioso (art. 216 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei dos Registros Públicos).
- III. Esse Provimento fundamenta-se na hipótese de que seja imprescindível assegurar a participação do Ministério Público, como instituição em si essencial e defensora constitucional dos interesses sociais, garantindo-se, com a efetividade de sua participação, a solução para grande número de situações existentes.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e III.
 (E) I, II e III.

60. O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, prevê que, sem prejuízo da punição de outros agentes públicos envolvidos e da aplicação de outras sanções cabíveis, poderá incorrer o prefeito em improbidade administrativa.

A esse respeito, considere as seguintes ações.

1. Deixar de proceder, no prazo de dez anos, o adequado aproveitamento do imóvel incorporado ao patrimônio público, conforme o disposto no § 4º do art. 8º da Lei nº 10.257/01.
2. Utilizar áreas obtidas por meio do direito de preempção em desacordo com o disposto no art. 26 da Lei nº 10.257/01.
3. Não aplicar os recursos auferidos com a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso em desacordo com o previsto no art. 31 da Lei nº 10.257/01.
4. Adquirir imóvel objeto de direito de preempção, nos termos dos arts. 25 a 27 da Lei nº 10.257/01, pelo valor da proposta apresentada, se este for, comprovadamente, superior ao de mercado.

Quais dessas ações caracterizam improbidade administrativa praticada por prefeito?

- (A) Apenas 1 e 2.
 (B) Apenas 1 e 3.
 (C) Apenas 2 e 3.
 (D) Apenas 2 e 4.
 (E) 1, 2, 3 e 4.

DIREITO DO CONSUMIDOR

61. O Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.070, de 11 de setembro de 1990, estabelece o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, conforme disposto no *caput* do artigo 26, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis ou de fornecimento de serviços e de produtos duráveis.

Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre esse tema.

() Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução do serviço.

() Não obsta a decadência a reclamação formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca.

() Obsta a decadência a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.

() O prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito, quando relativo a vício oculto.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

(A) V – F – V – V.

(B) F – F – V – F.

(C) F – V – F – F.

(D) V – F – F – V.

(E) V – V – F – F.

62. As infrações das normas de defesa do consumidor ficam sujeitas a sanções de natureza administrativa, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas.

A esse respeito, considere as sanções abaixo.

1. Multa; apreensão do produto; cassação do registro do produto junto ao órgão competente.

2. Interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade.

3. Proibição de fabricação do produto, suspensão de fornecimento de produtos ou serviço, suspensão temporária de atividade.

4. Interdição temporária de direitos; publicação em órgãos de comunicação de grande circulação ou audiência, às expensas do condenado, de notícia sobre os fatos e a condenação.

Quais delas são sanções administrativas?

(A) Apenas 1 e 3.

(B) Apenas 2 e 4.

(C) Apenas 1, 2 e 3.

(D) Apenas 2, 3 e 4.

(E) 1, 2, 3 e 4.

DIREITO AMBIENTAL

63. A respeito do Capítulo V da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, considere as condutas apresentadas abaixo.

1. Tratar animal com crueldade ou submetê-lo a trabalho excessivo.

2. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida.

3. Deixar em liberdade, confiar à guarda de pessoa inexperiente, ou não guardar com a devida cautela animal perigoso.

4. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.

Quais delas constituem crimes contra o meio ambiente?

(A) Apenas 1 e 3.

(B) Apenas 2 e 4.

(C) Apenas 1, 2 e 3.

(D) Apenas 2, 3 e 4.

(E) 1, 2, 3 e 4.

64. Assinale a alternativa **INCORRETA** no que diz respeito à responsabilidade civil, administrativa e penal, decorrente de ação ou omissão lesiva ao meio ambiente.

(A) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto na Lei nº 9.605/98, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

(B) A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

(C) Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

(D) Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos na Lei nº 9.605/98, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

(E) A sentença penal condenatória, sempre que possível, ficará o valor mínimo para reparação dos danos pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido ou pelo meio ambiente.

65. Com base no Capítulo V da Lei nº 9.605/98 que delibera sobre crimes contra o meio ambiente, considere as seguintes afirmações.

- I. É crime o abate de animal, quando realizado para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, desde que legal e expressamente autorizado pela autoridade competente.
- II. É crime contra a flora destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção.
- III. É crime pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

DIREITO TRIBUTÁRIO

66. A Constituição Federal, em seu Título VI, trata da tributação e do orçamento, estabelecendo normas gerais para o Sistema Tributário Nacional.

A esse respeito, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação **INCORRETA**.

(A) Os impostos, sempre que possível, terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

(B) As limitações constitucionais ao poder de tributar devem ser regulamentadas por lei complementar.

(C) Cabe à lei complementar a definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, salvo regimes especiais ou simplificados no caso do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, das contribuições previstas no artigo 195, inciso I e §12 e §13, e da contribuição a que se refere o artigo 239, ambos da Carta da República.

(D) Critérios especiais de tributação poderão ser estabelecidos por lei complementar, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

(E) Cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o artigo 40 da Carta Magna, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.

67. As limitações ao poder de tributar, dada sua relevância, têm regramento constitucional.

A esse respeito, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação **INCORRETA**.

(A) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou

intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

(B) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, § 2º, inciso XII, alínea "g", da Carta Federal.

(C) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.

(D) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

(E) A União não pode instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, o que torna inviável a concessão de incentivos fiscais, ainda que destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

68. O Código Tributário Nacional, em seu Título II, disciplina, especificamente, a obrigação tributária, tratando de seu fato gerador, dos sujeitos ativo e passivo, solidariedade, capacidade, domicílio e responsabilidade tributárias.

A respeito desse regramento, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação **INCORRETA**.

(A) A solidariedade referida no artigo 124 do Código Tributário Nacional comporta benefício de ordem, aplicando-se às pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal e às pessoas expressamente designadas por lei.

(B) As convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, salvo disposições de lei em contrário, não podem ser opostas à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

(C) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, restringindo-se a sub-rogação ao respectivo preço no caso de arrematação em hasta pública.

(D) São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos, além das pessoas enumeradas no artigo 134 do Código Tributário Nacional, os mandatários, prepostos e empregados e os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

(E) A responsabilidade, nos termos do artigo 138 do Código Tributário Nacional, é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

69. Assinale a alternativa **INCORRETA** em relação à matéria de crédito tributário.

(A) É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário, como já assentado pelo Supremo Tribunal Federal.

(B) O lançamento regularmente notificado só pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo, recurso de ofício ou iniciativa de ofício da autoridade administrativa nos casos previstos no artigo 149 do Código Tributário.

(C) Na hipótese de lançamento por homologação, não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

(D) Consoante preceitua o §4º do artigo 150 do Código Tributário Nacional, se a lei não fixar prazo à homologação, será ele de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

(E) A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido, mas será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora.

70. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação **INCORRETA**.

(A) Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no artigo 150, incisos I e III, da Constituição Federal, sendo facultada sua cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.

(B) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, sendo que produzirá os mesmos efeitos que a negativa a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

(C) Consoante entendimento já pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.

(D) A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio, podendo a Fazenda Pública da

União, ainda, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.

(E) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, inciso II, da Constituição Federal, na esteira do entendimento assentado pela Corte Suprema.

INFORMÁTICA

71. Considere a figura abaixo, que mostra um exemplo de Área de Notificação na Barra de Tarefas do *Windows 7*.



Clique para ...

Quando se clica no ícone ,

(A) são exibidas as propriedades da Área de Notificação.

(B) é mostrada a Área de Trabalho.

(C) são exibidos os ícones ocultos.

(D) é exibida a opção de personalizar a Barra de Tarefas.

(E) são exibidas as opções de minimizar ou de restaurar as janelas da Área de Trabalho.

72. No *Word 2007*, na sua configuração padrão, como se acessa a escolha das opções de impressão *Imprimir*, *Impressão Rápida* e *Visualização de Impressão*?

(A) Com um clique no botão *Imprimir* na Faixa de Opções.

(B) Com um clique no botão *Imprimir* na Barra de Ferramentas de Acesso Rápido.

(C) Com um clique na guia *Layout da Página* na Faixa de Opções e outro clique no botão *Imprimir*.

(D) Com um clique no *Botão Office* e ir com o ponteiro do mouse até a opção *Imprimir*.

(E) Com um clique na guia *Exibição* na Faixa de Opções e outro clique no botão *Imprimir*.

73. No *Word 2007*, na sua configuração padrão, as notas de rodapé e notas de fim são usadas para explicar e comentar o texto de um documento ou fornecer referências sobre ele. Para se usar as notas de fim em um documento, deve-se

(A) escolher a guia *Correspondências* na Faixa de Opções e clicar no botão *Inserir Nota de Fim*.






(B) escolher a guia *Revisão* na Faixa de Opções e clicar no botão *Inserir Nota de Fim*.

(C) escolher a guia *Referências* na Faixa de Opções e clicar no botão *Inserir Nota de Fim*.

(D) escolher a guia *Inserir* na Faixa de Opções e clicar no botão *Inserir Nota de Fim*.

(E) escolher a guia *Exibição* na Faixa de Opções e clicar no botão *Inserir Nota de Fim*.

74. No *Word 2007*, na sua configuração padrão, logo após a execução de uma ação de colar um texto em um documento em edição, um botão é exibido. Esse botão, quando acionado, permite selecionar opções para colar o conteúdo da Área de Transferência. Assinale a alternativa que identifica corretamente esse botão.

- (A)  Colar da Área de Transferência
- (B)  Opções de colagem
- (C)  Colar com formatação
- (D)  Formatar colagem
- (E)  Aceitar colagem

75. No *Excel 2007*, na sua configuração padrão, uma referência absoluta de célula em uma fórmula sempre se refere a uma célula em um local específico. Se a posição da célula que contém a fórmula se alterar, a referência absoluta permanecerá a mesma. Se o usuário copiar ou preencher a fórmula ao longo de linhas ou colunas, a referência absoluta não se ajustará.

Com base nessa informação, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma referência absoluta de célula.

- (A) \$A1
- (B) A\$1
- (C) A\$1\$
- (D) \$A\$1
- (E) \$\$A1

76. O modo de exibição Normal do *PowerPoint 2007* é o principal modo de edição, no qual o usuário escreve e projeta a sua apresentação. Esse modo de exibição possui quatro Áreas de Trabalho, conforme mostrado na figura abaixo.



Assinale a alternativa que apresenta o nome que corresponde à Área de Trabalho indicada no número ③ dessa figura.

- (A) Painel de Slides
- (B) Guia Estrutura de Tópicos
- (C) Guia Slides
- (D) Painel de Anotações
- (E) Guia Design

77. Na coluna da esquerda, abaixo, estão listados os nomes de três códigos maliciosos; na da direita, descrições que correspondem a cada um desses códigos.

Associe corretamente a coluna da esquerda à da direita.

- | | |
|--------------------|--|
| 1. Spyware | () É um programa ou parte de um programa de computador, normalmente malicioso, que se propaga inserindo cópias de si mesmo e se tornando parte de outros programas e arquivos. |
| 2. Vírus | () É um programa que, além de executar as funções para as quais foi aparentemente projetado, também executa outras funções, normalmente maliciosas, e sem o conhecimento do usuário. |
| 3. Cavalo de Troia | () É um programa projetado para monitorar as atividades de um sistema e enviar as informações coletadas para terceiros de forma a comprometer a privacidade do usuário e a segurança do computador. |

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 2 – 1 – 3.
- (C) 2 – 3 – 1.
- (D) 3 – 2 – 1.
- (E) 3 – 1 – 2.

78. O risco de ameaças relacionado ao uso de computadores e da Internet é presente no dia-a-dia dos usuários. Portanto, é necessário que os serviços disponibilizados e as comunicações realizadas por esse meio garantam alguns requisitos básicos de segurança. Um desses requisitos é verificar se a entidade, isto é, uma pessoa, uma empresa ou um programa de computador, é realmente quem ela diz ser. Esse requisito é conhecido como

- (A) Identificação.
- (B) Autenticação.
- (C) Autorização.
- (D) Integridade.
- (E) Disponibilidade.

79. Um usuário do serviço de correio eletrônico de uma organização necessita repassar uma mensagem com anexo para uma lista com vários destinatários diferentes, utilizando, por exemplo, o *Windows Live Mail* (configuração padrão). É necessário que o repasse preserve o conteúdo da mensagem e seu anexo, além de cuidar para que o destinatário não saiba da existência dos demais. A forma correta de envio a ser adotada, após selecionar a mensagem, é

- (A) "Encaminhar" e "Cco:"
- (B) "Responder a todos" e "Para:"
- (C) "Responder" e "Cc:"
- (D) "Encaminhar" e "Cc:"
- (E) "Encaminhar" e "Para:"

80. Considere as seguintes afirmações sobre a forma de pesquisa no Google.

- I. A pesquisa sobre um texto grafado com letras maiúsculas gera resultados diferentes em relação à mesma pesquisa com o mesmo texto grafado em letras minúsculas.
- II. O corretor ortográfico do Google usa automaticamente a grafia mais comum de uma palavra, mesmo que ela não tenha sido digitada corretamente.
- III. A maioria dos sinais de pontuação, como ?!,.%^*()[]\, são ignorados durante a pesquisa no serviço de busca.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

GABARITO DEFINITIVO DA PROVA OBJETIVA

1	C	21	ANULADA	41	E	61	A
2	D	22	D	42	ANULADA	62	C
3	D	23	B	43	D	63	ANULADA
4	E	24	B	44	C	64	B
5	B	25	E	45	A	65	D
6	B	26	B	46	E	66	C
7	C	27	E	47	D	67	E
8	D	28	ANULADA	48	A	68	A
9	A	29	D	49	D	69	E
10	E	30	C	50	B	70	C
11	A	31	D	51	B	71	ANULADA
12	A	32	B	52	C	72	D
13	E	33	E	53	E	73	C
14	A	34	ANULADA	54	A	74	B
15	B	35	E	55	D	75	D
16	A	36	C	56	C	76	A
17	C	37	ANULADA	57	B	77	C
18	D	38	B	58	C	78	B
19	E	39	B	59	D	79	A
20	A	40	D	60	D	80	ANULADA